



Congresso Nacional celebra os 190 anos do Parlamento

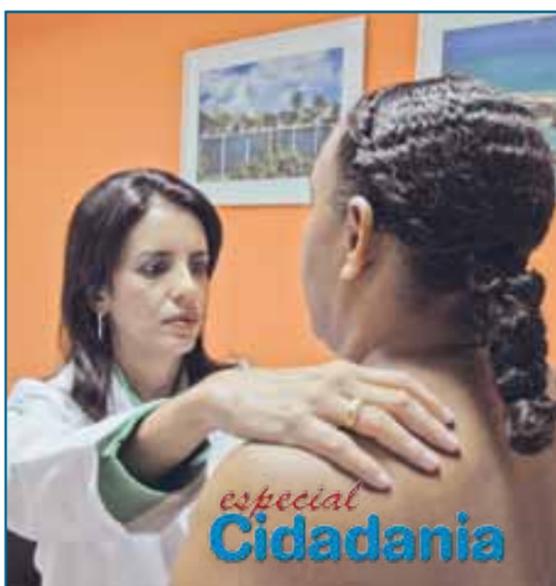
Sessão solene às 11h inicia comemorações que marcam, com a instalação da Assembleia Constituinte de 1823, a primeira experiência legislativa do país. Para o presidente do Congresso, Renan Calheiros, “a democracia brasileira está consolidada e vem sendo aprimorada a cada dia” **2 a 5**



Moreira Maniz/Agência Senado

Deputados e senadores durante sessão conjunta do Congresso Nacional para votação do Orçamento: sistema bicameral, de inspiração europeia, visa garantir maior ponderação às decisões legislativas

Ex-ministro Fernando Lyra recebe homenagem póstuma no Senado **6**



Prefeitura de João Pessoa

Juristas terão 180 dias para apresentar anteprojeto do novo Código Comercial **6**

Comissões da Câmara e do Senado debatem vigilância sanitária nesta semana **6**

Ana Rita defende expropriação de terras onde haja trabalho escravo **7**



José Cruz/Agência Senado

Lais Abramo, Valdiney Arruda, Luiz Mello, Ana Rita, Rosângela Rassy e Thiago Gurjão

Objetivo da lei é minimizar os impactos da mastectomia

Reconstrução da mama deve ocorrer o mais cedo possível

Foi sancionada a lei que obriga o SUS a fazer plástica reparadora da mama logo após retirada de câncer, se houver condições médicas. **8**

Especialistas criticam licitação de áreas de petróleo pela ANP **7**



Lia de Paula/Agência Senado

Collor (C) preside debate na CI com Mauricio Tolmasquin (EPE), Ildo Sauer (USP), Adilson de Oliveira (UFRJ) e Eduardo Autran (Petrobras)

Sessão solene marca 190 anos do Parlamento

Em 3 de maio de 1823, ocorreu a instalação da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Homenagens como exposições, eventos e publicações especiais ocorrerão ao longo de todo o ano



O CONGRESSO COMEMORA em sessão solene hoje, às 11h, os 190 anos do Parlamento brasileiro, completados sexta-feira. Em 3 de maio de 1823, às 12h30, ocorreu a instalação da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, que marcou o início dos trabalhos legislativos no país. A assembleia, no entanto, acabaria dissolvida por dom Pedro I, e o Parlamento, já com duas Casas, Câmara e Senado,

só seria restabelecido no ano seguinte, com a outorga da Constituição do Império.

Na sessão, no Plenário do Senado, será distribuído um kit com a compilação dos primeiros regimentos internos do Senado e da Câmara; do Regimento Comum da Assembleia Geral de 1827 e do Regimento Comum da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa de 1823; edições especiais do **Jornal do Senado**, do *Jornal da Câmara* e da revista *Plenarinho*; e fôlder comemorativo.

Até dezembro, estão previstos debates, exposições e programas especiais da TV e da Rádio Câmara. Já foram lançados o catálogo da exposição

120 Anos de República e o Calendário 2013 da Câmara.

Ainda em maio, a Semana de Museus na Câmara, entre os dias 13 e 17, terá como tema “Câmara dos Deputados — 190 anos de história: por que preservar?”. Também será realizada uma exposição alusiva aos 25 anos da Constituição de 1988. De julho a agosto, o Salão Negro do Congresso receberá a exposição *O Império em Brasília: 190 anos da Assembleia Constituinte de 1823*, com objetos de época do Museu Imperial de Petrópolis (RJ). Para o segundo semestre, está previsto o Seminário 190 Anos do Parlamento (*Veja mais abaixo e nas páginas 3, 4 e 5*).



Programação comemorativa do Congresso tem eventos marcados até dezembro

Gerardo Magalhães/Agência Senado

“Temos muito a celebrar”, diz Renan em nota

Nestes 190 anos de Congresso Nacional, temos muito a celebrar. A democracia brasileira, embora muito nova, está consolidada e vem sendo aprimorada a cada dia. De nossa parte temos feito o dever de casa a fim de aproximar o Congresso Nacional ainda mais da sociedade brasileira. Estamos empenhados em fazer mais com menos.

Na busca pela eficiência, economia e transparência, o Senado já reduziu suas despesas em mais de R\$ 300 milhões (biênio 2013-2014) e buscamos ainda a excelência em transparência e controle público, um trabalho iniciado pelo presidente José Sarney. Para tal, criamos a Secretaria da Transparência e instalamos o Conselho de Transparência, com integrantes da sociedade civil especializados no tema. Nenhum Poder será mais transparente que o Parlamento.

Na esfera legislativa, também estamos buscando novas



Arthur Moreira/Agência Senado

Como presidente do Senado, Renan preside também o Congresso

e modernas leis que trazem benefícios concretos à sociedade, como foi o caso da lei que igualou os direitos trabalhistas dos empregados e empregadas domésticas. Trata-se de uma política pública produzida de maneira autônoma pelo Congresso Nacional e reconhecida pelo povo brasileiro. A igualdade é a regra e começa dentro de casa.

O Congresso Nacional tem se esforçado em responder aos anseios da população brasileira e se manter como uma cidadela em defesa da soberania nacional, da cidadania

e da democracia. Exercemos aqui um trabalho diuturno. A nossa responsabilidade é grande e nossas atividades, múltiplas.

Nenhuma instituição é perfeita a ponto de prescindir de aprimoramentos. Estamos atentos para que os eventuais desalinhos sejam diagnosticados e corrigidos. A sociedade está cada vez mais bem informada e exige ser ouvida com mais frequência em suas postulações. O Congresso Nacional brasileiro está se modernizando para responder de forma mais ágil às demandas sociais.

Alguns dos personagens que marcaram época no Senado

Padre Feijó elege-se presidente da Casa

Diogo Antônio Feijó foi ordenado padre em 1807, dedicando-se ao magistério no interior de São Paulo. Em Itu, passou a participar da política e foi eleito deputado nas Cortes Gerais de Lisboa em 1821. Chocou as cortes ao discursar pela independência do Brasil e teve de fugir para Londres. Quando voltou, o país já era



Reprodução

independente. Tornou-se ministro da Justiça da Regência Trina Permanente, criou a Guarda Nacional e recebeu apoio da aristocracia rural. Em 1833, foi nomeado senador e eleito presidente do Senado. Tornou-se regente do Império em 1835. Enfrentou revoltas e renunciou em setembro de 1837, voltando a presidir a Casa em 1839. Morreu em 1843.

Caxias chega a duque vencendo batalhas

Pela atuação na pacificação da Balaiada, no Maranhão, firmada na cidade de Caxias, em 1841, o então coronel Luís Alves de Lima e Silva recebeu o título de barão de Caxias. Após encerrar dez anos de lutas da Revolução Farroupilha, foi nomeado conde e senador pelo Rio Grande do Sul, em 1846. Caxias debelou ainda as



Reprodução

revoltas liberais de 1842 em São Paulo e Minas Gerais. Em 1851, obteve a rendição do uruguaio Oribe. Em 1866, o já marquês de Caxias assumiu o comando das tropas contra o Paraguai. Após tomar Assunção, em 1869, recebeu o título de duque. Primeiro-ministro por três vezes, costumava dizer que o Senado era o front de uma “guerra de alfinetes”.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- ▶ **PLENÁRIO Contratos temporários**
14h Pauta trancada pela MP 602/2012, que prorroga contratos temporários de pessoal do Censipam e do FNDE.
- ▶ **PRESIDÊNCIA Comissão de juristas**
11h Sessão solene pelos 190 anos do Parlamento. Às 15h, comissão de juristas sobre Código Comercial. Às 16h, ordem do dia.
- ▶ **CAS Correios**
9h Audiência discute situação dos empregados anistiados ou anistiandos dos Correios punidos por participar de greve.
- ▶ **CCT Anatel**
9h O presidente da Anatel, João Batista de Rezende, discute os 15 anos da Lei Geral de Telecomunicações.
- ▶ **CAE Dedução para aposentados**
10h Avalia dedução no IR de despesas com remédios para aposentados de baixa renda e isenção para instrumentos musicais.

- ▶ **CONGRESSO 190 ANOS Sessão solene**
11h Sessão solene em comemoração aos 190 anos do Parlamento brasileiro, no Plenário do Senado.
- ▶ **CE Orientação vocacional**
11h Projetos sobre inclusão de orientação vocacional no ensino médio e desconto no Fies caso o estudante tenha quitado 75% das prestações sem atrasos.
- ▶ **CMA Selo Verde**
11h30 Projeto que cria o Selo Verde Preservação da Amazônia e proposta sobre cana-de-açúcar na Amazônia Legal.
- ▶ **CRA Dívidas no Nordeste**
14h30 Audiência discute o endividamento dos produtores rurais do Nordeste devido à seca. Entre os convidados, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho.
- ▶ **CÓDIGO COMERCIAL Anteprojeto**
15h Instalação da comissão de juristas destinada a propor o novo Código Comercial.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **9h**, reunião da **Comissão de Assuntos Sociais** e, às **11h**, **sessão solene em comemoração aos 190 anos do Parlamento brasileiro**. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

Sistema bicameral reduz risco de decisão errada

No Legislativo, câmara alta foi criada como freio e contrapeso às decisões da câmara baixa; hoje, evita hegemonia de estados populosos e ricos



AO CONTRÁRIO DOS demais países sul-americanos, que se tornaram repúblicas ao se libertarem do domínio espanhol, o Brasil adotou a monarquia quando se tornou independente de Portugal. Um império pressupõe a existência de uma nobreza e uma corte. Esses brasileiros — barões, condes e marqueses — foram, logo após a Independência, os primeiros senadores, assim como acontecia historicamente na monarquia da Inglaterra, com sua Câmara dos Lordes.

Segundo historiadores, os senadores, especialmente nos primeiros anos do Império brasileiro, foram mentores de um “pacto das elites”, pelo qual os políticos de maior liderança e confiança junto ao imperador agiam como conciliadores entre o monarca e a Câmara dos Deputados, mais sensível aos anseios da população.

Conservador

Um bom resumo daquilo que o Senado representava foi dado pelo marquês de São Vicente, senador no Segundo Império:

— A sociedade tem sempre dois interesses em ação: o da conservação dos bens que goza e do progresso. Tem também sempre em movimento os interesses das localidades e o interesse geral. A Câmara dos Deputados é a representação ativa do progresso, dos interesses móveis. O Senado, como ramo essencial do Poder Legislativo, sem

opor-se à Câmara, deve ser o representante das ideias conservadoras e do interesse geral como predominante.

Diferentemente do que aconteceu com a Câmara dos Deputados, dissolvida diversas vezes pelo imperador, o Senado permaneceu sempre aberto.

França

Outro papel fundamental atribuído ao Senado é o de servir como casa revisora da Câmara dos Deputados, a fim de garantir maior ponderação às decisões legislativas.

De acordo com historiadores, na França pós-revolucionária a ausência de moderação levou a radicalismos e

ao período conhecido como Terror, no qual diversos líderes políticos foram levados à guilhotina.

Foi assim que um colegiado formado por cidadãos mais velhos, o Conselho dos Anciãos, passou a ter importância fundamental na República francesa. Afinal, as decisões dos representantes do povo, sem revisão, haviam sido responsáveis por atitudes extremas e inábeis e por um período de instabilidade política.

O Conselho dos Anciãos é um sistema de freio e contrapeso às decisões das câmaras baixas em todo o mundo. Uma única casa corre o risco de errar sozinha sem ter o contrapeso

de uma casa revisora. Há a obrigação de se construir um consenso nas duas casas.

O Brasil adotou o sistema bicameral (com duas Casas legislativas) logo após a Independência. Curiosamente, Portugal era e ainda é unicameral. Enquanto a Câmara dos Deputados tem a representação proporcional à população de cada estado, o Senado é a representação da Federação, com um número igual de senadores por estado. No Brasil, cada estado elege três senadores.

Diversidade

O sistema bicameral é muito utilizado em países com grande extensão territorial,

marcados por diferenças regionais, como Austrália, Canadá, Índia e Estados Unidos. O Senado tenta minimizar a possibilidade de uma região mais populosa ou mais influente economicamente ter supremacia sobre as demais, suprimindo a diversidade regional.

Existem análises que apontam que o unicameralismo é a tendência a ser adotada no mundo. Argumenta-se que uma só casa legislativa simplificaria a elaboração das leis e, ao mesmo tempo, por mecanismos já existentes em alguns países, garantiria a ponderação de casa revisora, geralmente desempenhada pelo Senado.

Tal tendência, porém, não se verifica na prática. A maioria dos países adota o sistema bicameral.

Apesar de o Brasil ser considerado um “bicameralismo perfeito”, como conceituam os cientistas políticos, o Senado tem diferenças fundamentais em relação à Câmara dos Deputados, como prerrogativas constitucionais que cabem somente aos senadores.

Ex-presidentes

A diferença de atribuições legislativas leva a uma tendência de especialização. A Constituição estabelece, por exemplo, que o Senado é responsável por fiscalizar o endividamento dos entes públicos e por dar a última palavra sobre a indicação de diplomatas, magistrados e demais autoridades.

Outra diferença entre o Senado e a Câmara dos Deputados vem da maior dificuldade de eleição de um senador, o que leva ao Senado um corpo diferenciado de políticos, composto por ex-governadores e até ex-presidentes da República.

Com mandatos mais longos (oito anos, ante os quatro anos de mandato dos deputados federais), os senadores têm condições de manter uma perspectiva de longo prazo.



O Palácio do Conde dos Arcos, nas imediações do Campo de Santana, no Rio, que foi a primeira sede do Senado

Ser senador do Império constituía o supremo anelo dos homens do antigo regime e com razão, porquanto a vitaliciedade daquela culminante posição oferecia a máxima garantia a todos os azares e vaievéns da existência política, de que era o coroamento e a última recompensa. (...)

Acima de todas as considerações, buscou sempre dom Pedro II na constituição do Senado, que considerava uma das suas mais graves e melindrosas funções majestáticas, sobrepor a conveniência dos grandes interesses da pátria e os ditames da justiça para com os bons servidores do Estado.

— O senador — disse ele em certa ocasião — deve sem dúvida representar a sua província, mas ao mesmo tempo o Brasil. (...)

E com estas palavras mostrava muito dos intuitos que haviam atuado no seu espírito ao deixar de escolher uma influência de Minas Gerais que não

poucas vezes figurara na lista tríplice e, como entidade particular, lhe era, aliás, simpático.

Estudem-se bem as indicações da Coroa, nesse longo reinado de 50 anos, e nelas se achará impresso o cunho da honestidade de intenções e da pausada ponderação com que, em tão momentoso assunto, de contínuo procedeu dom Pedro II.

Se, no fim, buscava conciliar, para evitar conflitos amargos e mal interpretados, as conveniências partidárias dos gabinetes ministeriais com a sua opinião de estadista e o conhecimento exato que tinha dos homens públicos, jamais abriu completamente mão da interferência que a lei orgânica da nação lhe outorgara sem limitação alguma.

Visconde de Taunay, que foi senador no Império, em *Homens e Causas do Império* (1895)

Cavaleiro da Esperança teve mandato restituído

Luiz Carlos Prestes teve o nome inscrito na história como o Cavaleiro da Esperança. Punido pela “participação” na Revolta dos Tenentes de 1922 — um ataque de tifo o deixara acamado durante o movimento —, foi transferido para o Rio Grande do Sul, onde iniciou, em 1925, a Grande Marcha, conhecida como Coluna Prestes.

Presidente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi eleito senador e

participou da Constituinte em 1946, mas foi para a clandestinidade quando

o registro do PCB foi cassado. Retornou à política em 1960, porém teve os direitos cassados em 1964. Viveu na União Soviética entre 1971 e 1979. Morreu em 1990. Este ano, em 16 de abril, por iniciativa de Inácio Arruda (PCdoB-CE), o Senado anulou a resolução

de 1948 que extinguiu o mandato, restituindo-o simbolicamente.

Personagens

Ruy Barbosa, maior expoente e patrono da Casa

Advogado, jornalista, jurista, político, diplomata, ensaísta, orador e segundo presidente da Academia Brasileira de Letras, o baiano Ruy Barbosa de Oliveira foi o maior expoente do Senado brasileiro em todos os tempos.

Eleito para a Assembleia Constituinte, os conselhos dele prevaleceram nas linhas fundamentais da Constituição de 1891. Resistindo à manutenção no poder

de Floriano Peixoto, por meio de um autogolpe em 1893, Ruy Barbosa foi obrigado a se exilar. Restaurada a ordem no Brasil, retornou em 1895 e assumiu o mandato no Senado, para o qual foi sucessivamente reeleito até à morte.

Faleceu em 1923. É o patrono do Senado, e seu busto observa, de cima da mesa diretora, os trabalhos do Plenário da Casa, em Brasília.



Desde o Império, Senado trabalha pela manutenção da estabilidade

Dom Pedro II dizia que, se não fosse monarca, gostaria de ser senador. Apesar de o Poder Legislativo do Brasil ter sido criado em 1823, Senado só passou a funcionar em 1826



NA SEXTA-FEIRA, O Parlamento brasileiro completou 190 anos. O Poder Legislativo nasceu no dia 3 de maio de 1823, no Rio de Janeiro, na sessão solene de instalação da Assembleia Geral, Legislativa e Constituinte do Império do Brasil.

Foi um dos momentos marcantes da história nacional. O Brasil havia se tornado independente de Portugal no ano anterior. Dom Pedro I, que com o grito do Ipiranga deixava de ser príncipe regente para se tornar imperador, tratava de organizar as instituições políticas do novo país. A missão do Parlamento era redigir a primeira Constituição.

Aquele Parlamento, no entanto, duraria pouco. No anteprojeto da Constituição, os parlamentares previam que o imperador teria de submeter todos os seus atos ao Poder Legislativo. Dom Pedro I, contrário à ideia, reagiu. Ordenou às tropas que invadissem a Assembleia Constituinte. O episódio ficou conhecido como Noite da Agonia.

Dom Pedro I, então, criou uma comissão com gente de sua confiança para propor um texto constitucional. Em 1824, ele outorgava a primeira Constituição do Brasil. A vida política se dividiria entre quatro Poderes: o Executivo, o Judiciário, o Legislativo e o Moderador, este último garantindo poderes absolutos ao monarca.

A Constituição previa que o Poder Legislativo seria composto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Ontem as duas Casas completaram 187 anos. A sessão inaugural da Assembleia Geral (equivalente hoje ao Congresso Nacional), no Paço do Senado, aconteceu no dia 6 de maio de 1826.

Vitalício

O Senado de hoje não tem muita coisa em comum com o Senado do Império. Naquela época, o posto era vitalício. Os senadores só eram substituídos quando morriam ou renunciavam. Na Câmara dos Deputados, ao contrário, o mandato era temporário.

O visconde de Taunay (1843-1899), um dos senadores do período de dom Pedro II, escreveu: "Vitalícios como eram, os senadores do Império acabavam necessariamente amigos, quase parentes, ao fim de dez, 20, 30 anos de intimidade. As divergências políticas não conseguiam estabelecer inimizades duradouras entre os velhos representantes do povo."

Para tornar-se senador, o político precisava já ter completado 40 anos — hoje a idade mínima é de 35 anos —, dispor de no mínimo 800 mil réis de renda anual e ser "pessoa de saber, capacidade e virtudes".

Os senadores do Império eram escolhidos pelo monarca, a partir de cada uma das listas tríplices de candidatos eleitos nas províncias por votação indireta e majoritária. Cada província elegia um número de senadores correspondente à metade do número de deputados.

Por ser composto de pessoas mais velhas, o clima era mais sereno no Senado do que na Câmara. Escreveu Machado de Assis (1839-1908), que, além de romancista, foi cronista político: "No Senado, (...) falavam geralmente melhor que na outra Câmara. Mas não havia barulho. Tudo macio. O estilo era tão apurado, que ainda me lembro certo incidente que ali se deu,



Trajes de um senador do Império, pintados pelo francês Jean-Baptiste Debret

Muitos (senadores) vinham em carruagem própria (...) começando pelo mais velho, que era o Marquês de Itanhaém. A idade deste fazia-o menos assíduo, mas ainda assim era-o mais do que cabia esperar dele. Mal se podia apear do carro, e subir as escadas; arrastava os pés até à cadeira que ficava do lado direito da mesa. (...) A figura de Itanhaém era uma razão visível contra a vitaliciedade do Senado, mas é também certo que a vitaliciedade dava àquela casa uma consciência de duração perpétua, que parecia ler-se no rosto e no trato de seus membros. Tinham um ar de família, que se dispersava durante a estação calmosa, para ir às águas e outras diversões e que se reunia depois, em prazo certo, anos e anos. Alguns não tornavam mais, e outros novos apareciam; mas também nas famílias se morre e nasce. Dissentiam sempre, mas é próprio das famílias numerosas brigarem, fazerem as pazes e tornarem a brigar (...). Já então se evocavam contra a vitaliciedade do Senado os princípios liberais como se fizera antes. Algumas vozes vibrantes cá fora calavam-se lá dentro, é certo, mas o gérmen da reforma ia ficando, os programas o acolhiam, e, como em vários outros casos, os sucessos o fizeram lei.

Machado de Assis, escritor e comentarista político, em *O Velho Senado* (1896)

orando o finado Ferraz (...). Creio que era então ministro da Guerra, e dizia, referindo-se a um senador: 'Eu entendo, senhor presidente, que o nobre senador não entendeu o que disse o nobre ministro da Marinha, ou fingiu que não entendeu'. O visconde de Abaeté, que era o presidente, acudiu logo: 'A palavra fingiu acho que não é própria'. E o Ferraz replicou: 'Peço perdão a Vossa Excelência, retiro a palavra.'

Parlamentarismo

O Senado teve papel de destaque no Segundo Império. O próprio dom Pedro II dizia que, se não fosse monarca, gostaria de ser senador. A Casa funcionava como mantenedora da

estabilidade do país.

Em 1847, dom Pedro II assinou um decreto que criava a presidência do Conselho de Ministros, um parlamentarismo inspirado no modelo inglês. Em vez de escolher todos os seus ministros, o imperador selecionava apenas o presidente do conselho — o primeiro-ministro —, que era quem escolhia os demais ministros de seu gabinete. Até a proclamação da República, em 1889, os primeiros-ministros foram quase todos senadores.

Ainda no Segundo Reinado, o Senado teve participação fundamental nas questões externas do Brasil. Aprovou as declarações de guerra e os orçamentos para as batalhas contra o Paraguai, a Argentina e o Uruguai. Na crise

e a proclamação da República, o posto de senador deixou de ser perpétuo. Mesmo com a mudança política, o Senado não perdeu o protagonismo. Tornaram-se presidentes da República senadores como Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Afonso Pena, Nilo Peçanha, Venceslau Brás, Delfim Moreira e Washington Luís.

Os piores momentos do Senado foram durante o governo Getúlio Vargas. Em 1934, com uma nova Constituição, o Senado teve suas competências limitadas, tornando-se um mero colaborador da Câmara dos Deputados. O número de senadores por estado foi reduzido de três para dois. Em 1937, com mais uma Constituição, o Senado foi extinto. Iniciava-se a ditadura do Estado Novo. No Palácio Monroe, onde funcionava o Senado, foi instalado o Ministério da Justiça, que respondia pela censura e pela propaganda oficial.

Ditadura militar

A Casa só voltaria a funcionar em 1946, após a queda de Getúlio — curiosamente, o ex-presidente logo depois se elegeria senador.

Até os anos 60, o vice-presidente da República ocupava automaticamente a Presidência do Senado, conforme o modelo adotado nos Estados Unidos.

O Senado já teve 63 presidentes. Ao todo, foram 69 gestões. Enquanto alguns senadores foram presidentes por apenas um ano, outros tiveram mais de um mandato — José Sarney (PMDB-AP), por exemplo, foi quatro vezes presidente do Senado.

Os anos da ditadura militar (1964-1985) foram difíceis para o Poder Legislativo. O ex-presidente Juscelino Kubitschek foi um dos senadores que tiveram os direitos políticos cassados pelo regime. Senadores como Franco Montoro mostraram coragem de subir à tribuna para defender a democracia. Prevendo uma vitória do MDB

(oposição) nas eleições de 1978, o presidente Ernesto Geisel fechou o Congresso Nacional por duas semanas e mudou as regras eleitorais. Ele criou a figura do "senador biônico" — um em cada três senadores passou a ser eleito indiretamente pelas assembleias legislativas dos estados —, o que garantiu mais assentos à Arena (governo).

Em 1979, o presidente João Figueiredo assumiu o poder dizendo que manteria o processo de abertura política. O Congresso Nacional aprovou a Lei da Anistia, que beneficiou cidadãos que haviam sido perseguidos pela ditadura, o pluripartidarismo foi reinstaurado, os governadores passaram a ser eleitos diretamente e a figura do "senador biônico" foi extinta. A oposição surpreendeu ao conseguir a maioria da Câmara nas eleições de 1982, mas no Senado os governistas fizeram a maioria.

Em 1985, o ex-senador Tancredo Neves foi eleito presidente da República por um colégio eleitoral. Ele morreu antes de assumir o poder. Seu vice, o hoje senador José Sarney, assumiu o Palácio do

Planalto, marcando a volta da democracia.

Nos últimos anos, além de propor, discutir e votar projetos de lei importantes para o país, o Senado tem se destacado pela luta contra a corrupção. O principal instrumento são as comissões parlamentares de inquérito

(CPIs). A CPI dos Bingos e a CPI do Judiciário estão entre as mais conhecidas.

Transparência

A transparência é outra marca do Senado. A Casa dispõe de televisão, rádio, jornal e agência de notícias, para que os cidadãos se inteirem dos trabalhos legislativos. Para apresentar

à Casa opiniões, queixas e sugestões, eles podem utilizar o serviço Alô Senado (0800 612211) e a Ouvidoria (www.senado.leg.br/ouvidoria). Neste ano, o controle por parte da população foi ampliado, em razão da criação da Secretaria da Transparência e da instalação do Conselho de Transparência, com integrantes da sociedade especializados no tema.

— Nenhum Poder será mais transparente que o Parlamento — afirma o atual presidente do Senado, Renan Calheiros.

Ao longo de seus 187 anos, o Senado teve três sedes distintas. A primeira foi o Palácio do Conde dos Arcos, nas imediações do Campo de Santana, no Rio, onde se realizou a sessão inaugural de 6 de maio de 1826. No local, hoje funciona a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em 1925, o Senado foi transferido para o Palácio Monroe, também no Rio.

Em 1960, com a mudança da capital federal para Brasília, o Senado passou a funcionar no mítico edifício com as duas cúpulas e as torres-gêmeas projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer na Praça dos

Três Poderes.

O Senado ontem e hoje

Que dizem a primeira Constituição brasileira e a atual

CONSTITUIÇÃO DE 1824*

Art. 40. O Senado é composto de Membros vitalícios, e será organizado por eleição Provincial.

Art. 41. Cada Província dará tantos Senadores, quantos forem metade de seus respectivos Deputados (...)

Art. 43. As eleições serão feitas pela mesma maneira, que as dos Deputados, mas em listas tripliques, sobre as quaes o Imperador escolherá o terço na totalidade da lista. (...)

Art. 45. Para ser Senador requer-se

I. Que seja Cidadão Brasileiro, e que esteja no gozo dos seus Direitos Políticos.

II. Que tenha de idade quarenta annos para cima.

III. Que seja pessoa de saber, capacidade, e virtudes, com preferencia os que tiverem feito serviços à Patria.

IV. Que tenha de rendimento annual por bens, industria, commercio, ou Empregos, a somma de oitocentos mil réis.

Art. 46. Os Principes da Casa Imperial são Senadores por Direito, e terão assento no Senado, logo que chegarem à idade de vinte e cinco annos.

Art. 47. E' da attribuição exclusiva do Senado

I. Conhecer dos delictos individuaes, commettidos pelos Membros da Familia Imperial, Ministros de Estado, Conselheiros de Estado, e Senadores; e dos delictos dos Deputados, durante o periodo da Legislatura.

II. Conhecer da responsabilidade dos Secretarios, e Conselheiros de Estado.

III. Expedir Cartas de Convocação da Assembléa, caso o Imperador o não tenha feito dous mezes depois do tempo, que a Constituição determina; para o que se reunirá o Senado extraordinariamente.

IV. Convocar a Assembléa na morte do Imperador para a Eleição da Regencia, nos casos, em que ella tem logar, quando a Regencia Provisional o não faça. (...)

CONSTITUIÇÃO DE 1988

Art. 14. (...)

§ 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei: (...)

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco annos para (...) Senador.

Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o principio majoritário.

§ 1º - Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito annos; (...)

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha,

do Exército e da Aeronáutica (...);

II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República; (...)

d) Presidente e diretores do Banco Central;

e) Procurador-Geral da República; (...)

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. (...)

Personagens

JK: volta ao Planalto frustrada pelo golpe

Juscelino Kubitschek de Oliveira certo. Cinco dias depois, foi cassado passou a faixa ao sucessor, Jânio por decreto do presidente, marechal Castello Branco. Durante três anos, Juscelino ficou exilado em Lisboa. Ao voltar, foi preso e proibido de entrar em Brasília. Em 1976, morreu num acidente de automóvel na Rodovia Dutra. Neste ano, comemoram-se os 57 anos do início do governo JK e os 37 anos de seu falecimento.



Reprodução

Teotônio, o menestrel da democracia

Teotônio Vilela era um dos tradicionais políticos que apoiavam o regime militar. Em 1966, exercia o mandato de senador por Alagoas, mas logo se tornaria um dos críticos da ditadura. Por amizade com políticos influentes do período, não foi cassado. Em 1975, iniciou um movimento pela redemocratização nacional em discursos memoráveis no Senado e ganhou o apelido de Menestrel das



Getúlio Assunção

Alagoas. Era aplaudido de pé pelos parlamentares do MDB. Teotônio percorreu o Brasil em campanha pela volta da democracia. Em contato com a miséria nordestina, elaborou o Projeto Emergência, em que propunha a moratória da dívida externa, reformas sociais e eleições diretas para presidente. Em 27 de novembro de 1983, o Guerreiro da Paz morreu de câncer generalizado.

Tancredo, da esperança à frustração em 3 meses

Nos seus mais de 50 anos de vida pública, o mineiro Tancredo Neves ocupou o cargo de senador por pouco mais de três anos. Já governara o país como primeiro-ministro parlamentarista, entre 1961 e 1962. Foi um dos líderes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Tancredo elegeu-se senador pelo MDB em 1978. Com a volta do pluripartidarismo, fundou o Partido Popular (PP). Despediu-se do Parlamento em



Getúlio Assunção

março de 1983 para assumir o governo de Minas Gerais. Viu derrotada a tese das Diretas Já, mas foi eleito, em janeiro de 1985, o primeiro presidente civil após 20 anos de regime militar. Na véspera de tomar posse, foi internado em estado grave. O vice, José Sarney, assumiu o cargo em meio à perplexidade do povo, que comemorava o fim do regime militar. Morreu em 21 de abril de 1985, em São Paulo.

Afonso Arinos combateu a discriminação racial

Afonso Arinos de Melo Franco, jornalista e jurista, nasceu numa tradicional família mineira de políticos, intelectuais e diplomatas. Em 1945, foi um fundador da União Democrática Nacional (UDN), oposição liberal a Getúlio Vargas. Nos anos 50, o Congresso aprovou a Lei Afonso Arinos, que tornava a discriminação racial uma contravenção penal. Na crise de 1954, que culminaria no



Arquivo Senado Federal

suicídio do presidente, Arinos propôs a renúncia de Vargas e a intervenção das Forças Armadas. Em 1958, foi eleito para o Senado. Partidário do golpe militar que depôs João Goulart em 1964, fundou a Aliança Renovadora Nacional (Arena) em 1966. Tornou-se crítico do regime em 1986, elegeu-se senador (PFL-RJ). Em 1988, transferiu-se para o PSDB. Morreu em 1990, como senador.

Em sessão solene do Congresso, ex-ministro morto em fevereiro foi reconhecido pela vida pública e pela luta a favor da democracia durante os anos de ditadura militar

Homenagem a Fernando Lyra mobiliza senadores e deputados

O ADVOGADO PERNAMBUCANO Fernando Lyra (1938-2013), ministro da Justiça no governo José Sarney, foi homenageado em sessão solene do Congresso. Lyra morreu em fevereiro, aos 74 anos, e os 40 anos de vida pública foram reverenciados por iniciativa de três conterrâneos: os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e o deputado federal Roberto Freire (PPS-SP).

Jarbas destacou a “vanguarda” de Lyra na oposição ao regime militar. O ex-ministro integrou o grupo dos autênticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como Jarbas.

— Arguto, hábil e qualificado, exercia com primor a função de articulador — comentou o senador.

Cristovam classificou o homenageado como um daqueles “que buscam a vitória



Sessão solene une Jarbas; a viúva, Márcia; Cristovam; Freire; e o irmão, João

para transformar o país”.

— Desde o início, ele deixou claro que sua luta era pela democracia do país — disse.

O legado dos autênticos do MDB foi fundamental, segundo Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), para duas campanhas: anistia e Diretas Já.

— A primeira foi vitoriosa e a segunda, mesmo derrotada no Congresso, causou revolta na

sociedade e levou à articulação da candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral — recordou Rollemberg.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) falou do reconhecimento do partido dela à luta de militantes como Lyra.

— A atuação dele me trouxe para o caminho da boa política — revelou a senadora.

O presidente do PMDB,

Valdir Raupp (RO), sustentou que, se o Brasil hoje é democrático, “é porque tivemos homens com determinação e coragem cívica como Lyra”.

Primeiro a falar na sessão solene, Pedro Simon (PMDB-RS) exaltou a coragem e a competência de Lyra, destacando a participação na articulação da candidatura de Tancredo.

— Eu costumo dizer que uma crise política tem o tamanho da falta que pessoas como Fernando Lyra nos fazem. Quando o país estava mergulhado no arbítrio, foi o mestre de obras na edificação do processo democrático.

O senador admitiu ter sido contrário à composição do PMDB com o então presidente do PDS, José Sarney, como vice-presidente na chapa de Tancredo, mas reconheceu o cumprimento dos compromissos da Aliança Democrática por Sarney.

Freire lembra a atuação no interior de Pernambuco

Vivências pessoais e políticas mesclaram o discurso do deputado Roberto Freire. Dos tempos de militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na clandestinidade, Freire recordou as idas com Lyra ao interior do estado para disseminar a tese oposicionista em tempos de ditadura militar.

— É importante mostrar que junto a Fernando estivemos nós, comunistas. Ele não era um homem de formação de esquerda, mas teve capacidade e sensibilidade para entender que o caminho era o dessa luta democrática consciente, de mudança e transformação — argumentou Freire.

A trajetória de Lyra como homem público foi enaltecida ainda pelos deputados Wolney Queiroz (PDT-PE), Gonzaga Patriota (PSB-PE), Sergio Guerra (PSDB-PE) e José Genoíno (PT-SP).

Da luta pela democracia à candidatura a vice-presidente

A vida pública de Lyra começou no MDB, em 1966, quando foi eleito deputado estadual em Pernambuco. A ditadura militar (1964–1985) já dominava o país e Lyra aderiu aos autênticos do MDB pela retomada da democracia.

Na década de 70, exerceu três mandatos sucessivos de deputado federal (1970, 1974 e 1978), deslocando-se para o grupo dos moderados no MDB. Ao final do bipartidarismo, ingressou no PMDB, tendo sido reeleito em 1982.

Lyra sobressaiu-se como articulador da chapa de Tancredo Neves na eleição indireta em 1985 e a coordenação lhe valeu a indicação para ministro da Justiça. Em 11 meses no cargo, moldou a liberdade de imprensa e das artes.

Em 1986, reelegeu-se deputado federal e, no ano seguinte, migrou para o PDT. Participou da primeira eleição direta para presidente da República, em 1989, como vice de Leonel Brizola. O último mandato como deputado federal foi

exercido até 1998, já filiado ao PSB. Ele ainda teve participação importante na eleição (2006) e reeleição (2010) do governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), que tem como vice João Lyra Neto, irmão de Fernando Lyra.

Em 6 meses, comissão de juristas vai propor novo Código Comercial

O Senado instala hoje uma comissão de juristas com 19 integrantes que vai elaborar, em 180 dias, o anteprojeto do novo Código Comercial. O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) João Otávio de Noronha será o presidente da comissão. O relator será Fábio Ulhoa Coelho, autor de várias publicações de Direito Comercial. A renovação tem sido uma demanda de especialistas do setor, já que a legislação atual está em vigor desde 1850.

Taques: reforma do Código Penal deve buscar fim da impunidade

Relator da reforma do Código Penal, Pedro Taques (PDT-MT) informou que a comissão especial recebeu mais de 500 emendas ao PLS 236/2012. Para o senador, é preciso considerar que a Constituição salienta a defesa de bens jurídicos sociais. Ele espera que o novo código garanta a punição dos criminosos.



Educação é o caminho para sair da pobreza, segundo Cristovam

Ao comentar reportagem do jornal *O Globo* sobre os dez anos do Programa Bolsa Família, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o plano fracassou na superação da pobreza e deveria manter a ideia original do Bolsa Escola, formulado por ele quando governador do Distrito Federal.



Código do Consumidor pode estar pronto em junho, diz Rollemberg

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse ontem que até junho a Comissão de Atualização do Código do Consumidor apresentará projetos para regulamentação do comércio eletrônico, acesso a ações coletivas, proteção ao superendividamento e fortalecimento dos órgãos estaduais de defesa do consumidor.



Diretor da Anvisa abre Semana de Vigilância Sanitária no Congresso

Ao abrir ontem a 2ª Semana de Vigilância Sanitária no Congresso, o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Barbano, lembrou que todos os brasileiros têm, nas residências, pelo menos um produto que, se não for bem cuidado, pode gerar danos aos indivíduos. Ao longo da semana, serão mobilizadas 12 comissões da Câmara e do Senado para debater vigilância sanitária.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Davi Emerich
Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

Agência Senado

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

J DO DO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Sílvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Em debate na Comissão de Infraestrutura, especialistas defendem suspensão da rodada de licitações que a Agência Nacional do Petróleo deve fazer na semana que vem

Licitação de áreas de petróleo recebe críticas

ESPECIALISTAS DEFENDERAM A suspensão da 11ª Rodada de Licitações de áreas de petróleo que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) deverá fazer na semana que vem. Eles participaram de painel sobre o tema “Combustíveis líquidos e gases: petróleo e gás natural”, em audiência promovida pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O professor Ildo Sauer, diretor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (USP), considerou precipitada a decisão da ANP, “sobretudo por não estar acompanhada de estimativas confiáveis do potencial de produção das áreas em licitação”.

Para Sauer, o Brasil, antes de se preocupar com a conversão das jazidas da camada



Maurício Tolmasquin (E), Ildo Sauer, Fernando Collor, Adilson de Oliveira e Eduardo Autran em audiência na CI

Lin de Paula/Agência Senado

pré-sal em moeda, deveria formular um plano nacional de desenvolvimento econômico e social e, a partir dos objetivos traçados nesse projeto, utilizar a riqueza do petróleo para investir na melhoria da educação e da saúde públicas, da infraestrutura e do saneamento básico, entre outros setores.

O professor Adilson de Oliveira, do Instituto de Economia da Universidade Federal do

Rio de Janeiro (UFRJ), avaliou como precipitada a iniciativa da ANP de licitar áreas de xisto betuminoso. Segundo ele, o Brasil deve buscar concentrar esforços no desenvolvimento de tecnologia para exploração do petróleo do pré-sal, reservando as jazidas de xisto para utilização no futuro, quando as tecnologias de exploração forem liberadas pelos Estados Unidos. O professor atribuiu

a depreciação das ações da Petrobras a uma política de gestão equivocada do governo federal, “que frequentemente privilegia fatores conjunturais em detrimento dos interesses estratégicos da companhia e do país”.

Eduardo Autran de Almeida Junior, gerente-executivo de Abastecimento e Logística da Petrobras, atribuiu o recente aumento das importações de

gasolina ocorrido no país ao crescimento atípico da economia brasileira ocorrido a partir de 2008. De acordo com o representante da Petrobras, a empresa sempre trabalhou com previsões de taxas de crescimento do consumo de combustíveis próximas do produto interno bruto (PIB), correlação que deixou de existir nos últimos anos.

Maurício Tolmasquin, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), apresentando estudo sobre a evolução da oferta e demanda de combustíveis para os próximos nove anos, descartou a possibilidade de ocorrência de falta desses insumos no período. Segundo ele, o gás natural, por exemplo, deverá ser suficiente para atender a demanda.

Ana Rita quer expropriação de terra onde há trabalho escravo

Em audiência promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre a proposta que expropria terras urbanas e rurais onde for identificada a exploração do trabalho escravo, a presidente do colegiado, Ana Rita (PT-ES), defendeu a aprovação urgente da PEC 57A/1999. Para a senadora, a proposta — que tramita há 14 anos no Congresso — não avançou ainda devido a “pressões”. Ana Rita informou que o relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), fez um parecer favorável, mas ainda espera fazer modificações no texto.

Ela fez um apelo para que o texto seja aprovado sem modificações, que podem ser feitas, segundo ela, posteriormente, na regulamentação.

— Se essa PEC for modificada

no Senado, terá que retornar à Câmara. Aí só Deus sabe quando ela será aprovada. Talvez mais dez anos — disse.

A senadora também cobrou o julgamento dos assassinos de três fiscais do trabalho e um motorista em Unaí (MG) há quase dez anos.

— O primeiro julgamento só deve acontecer em agosto. A gente espera que a justiça seja feita — afirmou.

O crime ocorreu em janeiro de 2004, quando três auditores fiscais do trabalho que estavam em fazendas da região e o motorista foram vítimas de uma emboscada e morreram com tiros na cabeça. A senadora destacou que o caso foi tratado pela revista *Em Discussão!* (<http://bit.ly/EmDiscussao7>).



José Cruz/Agência Senado

Subcomissão permanente debate prevenção do trabalho escravo no Brasil

A representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Lais Abramo, apresentou estimativa de que quase 21 milhões de pessoas são vítimas do trabalho escravo no mundo, sendo 2 milhões na América Latina. Segundo a OIT, os lucros dos que exploram os

trabalhadores chegam a US\$ 30 bilhões por ano. Ela disse ainda que, no Brasil, a questão não ocorre apenas no setor rural, mas tem crescido em indústrias da construção civil e têxteis, que aproveitam mão de obra de imigrantes irregulares da Bolívia e do Paraguai.

Ação de reinserção é lançada em audiência pública

Durante a audiência na CDH, o secretário de Inspeção do Ministério do Trabalho, Luiz Felipe Brandão de Mello, afirmou que o governo pretende levar para os demais estados um projeto de Mato Grosso que começou em 2009, quando auditores identificaram que os resgatados do trabalho escravo muitas vezes eram aliciados novamente.

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) fez uma parceria com o Ministério Público do Trabalho, a OIT e instituições privadas, como o Senai, e promovem oficinas para reinserir os egressos do trabalho escravo.

Para Vanessa, Zona Franca não ameaça outras regiões



Pedro França/Agência Senado

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu ontem a manu-

tenção das atuais alíquotas do ICMS para a Zona Franca de Manaus (12%). Ela disse que o Amazonas não prejudica outros estados.

— São Paulo representa mais de 30% do PIB do Brasil. A Zona Franca, 1,6%. E Manaus nem é ligada ao resto do país por estradas. Nossas mercadorias não chegam a São Paulo, a Brasília ou ao Rio Grande do Sul.

Anibal celebra retomada de obras na BR-364



Pedro França/Agência Senado

Anibal Diniz (PT-AC) comemorou ontem a retomada das

obras da BR-364, para a conclusão do último trecho, que ligará o Vale do Juruá ao Vale do Acre.

— Hoje temos a vitória de contar com o compromisso do governo federal de somar esforços com o governo do Acre para a conclusão dos 54 quilômetros que restam.

O senador ressaltou que foi investido R\$ 1,2 bilhão na rodovia nos últimos 14 anos.

Ataídes critica regimes próprios de Previdência



Pedro França/Agência Senado

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) criticou o Regime Próprio de Pre-

vidência Social, que permite a estados, municípios, Distrito Federal e União terem sistemas específicos.

Permitir que até 30% dos recursos sejam investidos em renda variável já causou problemas, alertou o senador, citando aplicações em bancos falidos, sob intervenção e liquidação, como os bancos Santos, Cruzeiro do Sul e BVA.

Lindbergh diz que finanças do país estão saudáveis



Pedro França/Agência Senado

As finanças públicas no Brasil estão saudáveis, disse on-

tem Lindbergh Farias (PT-RJ), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ele observou que, apesar de ainda haver problemas, o crescimento com inclusão social e gestão responsável da economia já foi traçado. O senador relatou a participação em seminário sobre o sistema financeiro brasileiro, promovido pelo Banco Central.

Raupp comemora números agrícolas de Rondônia



Pedro França/Agência Senado

A produção agrícola de Rondônia foi comemorada on-

tem por Valdir Raupp (PMDB-RO). Ele disse que dados do IBGE indicam que o estado terá colheita de 1,2 milhão de toneladas de grãos.

— Alcançamos a autossuficiência de alimentos sem deixar de lado a consciência ambiental.

Raupp afirmou que o governo federal deve oferecer R\$ 115 bilhões em financiamentos para o período 2012-2013.

Mozarildo pede incentivo a linhas aéreas regionais



Pedro França/Agência Senado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu ao presidente da Câmara,

Henrique Eduardo Alves, a votação do PLS 130/2001, de autoria dele, sobre adicional tarifário para linhas aéreas regionais. O texto foi aprovado pelo Senado em 2001 e está parado na Câmara desde 2002. O objetivo, segundo Mozarildo, é incentivar a aviação regional, que vem sofrendo nos últimos anos com a concorrência da TAM e da Gol.

Lei obriga reconstrução de mama

De acordo com nova lei aprovada pelo Congresso, a mama deve ser reconstruída na mesma cirurgia em que foi feita a retirada do câncer, quando houver condição médica

Joseana Paganine

O CÂNCER DE mama é uma espécie de fantasma que assusta toda mulher. Muitas vezes a cura envolve a mutilação do corpo naquilo que é mais simbólico da feminilidade, os seios, colocando em risco também a saúde psíquica da mulher.

Foi por causa disso que o Congresso Nacional aprovou e a presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou a Lei 12.802/2013, que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a fazer a cirurgia plástica reparadora da mama logo em seguida à retirada do câncer, quando houver condições médicas. A lei anterior (Lei 9.797/1999) já previa que mulheres que sofressem mutilação total ou parcial de mama (mastectomia) teriam direito a cirurgia plástica reconstrutiva, mas sem especificar o prazo em que ela deveria ser feita.

Se a reconstrução não puder acontecer imediatamente, a paciente deverá ser encaminhada para acompanhamento clínico. O projeto que deu origem à lei é de autoria da deputada licenciada Rebecca Garcia (PP-AM).

O vice-presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM) no Centro-Oeste, Rodrigo Pepe Costa, avalia que a intenção da lei é excelente. Segundo ele, em 90% dos casos de mastectomia, a reconstrução pode ser feita na mesma cirurgia de retirada do câncer.

— A reconstrução imediata da mama traz um benefício enorme para a autoestima da mulher. O estigma da mastectomia é muito grande. Há estudos que mostram que a mama é o ponto principal da feminilidade — considera.

A presidente da Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília (Recomeçar), Joana Jeker, acredita que, com a obrigação legal, os hospitais vão ter de se preparar para a



Reprodução/Blog Amigos do Mama de Imbé-RS

Reparação pode ser imediata em 90% dos casos de mastectomia

reconstituição. Para ela, a lei é uma grande conquista.

— Até pouco tempo atrás, não se falava em reconstrução de mama. E ter as mamas reconstruídas é um renascimento para a mulher. O impacto na autoestima, no relacionamento afetivo e na vida social é muito grande.

Realidade

De acordo com dados do Ministério da Saúde, o Brasil possui 181 serviços de saúde habilitados a fazer cirurgia reparadora de mama. Em 2012, foram realizadas pelo SUS 1.392 reconstruções mamárias, a um custo de aproximadamente R\$ 1,15 milhão. Segundo dados da Sociedade Brasileira de Mastologia, das cerca de 20 mil mulheres que precisam fazer cirurgia de retirada das mamas, menos de 10% saem dos centros cirúrgicos com os seios reconstruídos.

Segundo Rodrigo Pepe, não há estrutura nos hospitais públicos para realizar o que manda a lei. As deficiências vão da falta de centro cirúrgico à ausência de médicos qualificados. Para fazer o procedimento, é preciso ser cirurgião plástico ou mastologista com especialização em reconstrução de mama.

Mastologista do Hospital de Base (HBDF), o maior de Brasília, Pepe conta que, atualmente, não há cirurgias plásticas no hospital. Na estrutura da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, a categoria está lotada em outra unidade, o Hospital Regional da Asa Norte (HRAN). Quando a mastectomia é feita por um mastologista habilitado em reconstrução, não há problema. Ele mesmo pode fazer a cirurgia reparadora. Onde não existe mastologista qualificado, o trabalho tem de ser feito em conjunto com o cirurgião plástico habilitado.

Em outras ocasiões, a dificuldade é o centro cirúrgico. Segundo Pepe, às vezes, o médico precisa escolher se ocupa a sala de cirurgia por duas horas para fazer a mastectomia e a reconstrução ou se a ocupa pelo mesmo período e faz duas mastectomias.

— É uma decisão difícil para os médicos. E se é assim na capital da República, imagine pelo Brasil afora. A diferença entre os hospitais é enorme. Há lugares completamente sem estrutura, sem médicos, sem centro cirúrgico.

O mastologista levanta outro impedimento para a realização de mais reconstruções logo após a mastectomia: o valor pago pelo SUS para os médicos e hospitais conveniados. Ele classifica de “irrisória” a quantia paga aos profissionais. Segundo o Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (Datusus), o valor repassado ao hospital e à equipe profissional por uma “plástica mamária reconstrutiva pós-mastectomia com implante de prótese” é de R\$ 315,92.

— Quem trabalha por produtividade não tem interesse em fazer a cirurgia reparadora pelo SUS por causa da baixa remuneração. O mérito da lei é levantar esses problemas — ponderou Rodrigo Pepe.

SUS terá prazo para iniciar tratamento de pacientes

Além da lei sobre reconstrução de mama, os senadores também aprovaram a Lei 12.732/2012, que estipula prazo máximo de 60 dias para o Sistema Único de Saúde (SUS) dar início ao tratamento de pacientes diagnosticados com câncer. Sancionada em novembro pela presidente Dilma Rousseff, a lei entra em vigor no final deste mês.

Derivado do Projeto de Lei do Senado 32/1997, do ex-senador Osmar Dias, o texto estabelece que o prazo começa a ser contado a partir do diagnóstico médico e poderá ser menor se houver indicação terapêutica. O prazo será considerado cumprido quando o primeiro tratamento for iniciado (cirurgia, radioterapia ou quimioterapia). De acordo com a lei, os estados que apresentarem carência de serviços especializados em

oncologia deverão produzir planos regionais para a área.

Para a presidente da Recomeçar, Joana Jeker, essa lei vai obrigar o sistema público a fazer mais mastectomias. Consequentemente, haverá mais mulheres em busca de reconstrução de mama.

Para Ana Amélia (PP-RS), o cuidado urgente imposto pela lei vai aumentar as chances de cura. A senadora ressaltou que, no caso do câncer de mama, a prevenção aumenta em 95% a possibilidade de recuperação.

Paulo Davim (PV-RN) afirmou que são poucos os hospitais públicos no Brasil que dispõem de serviço de oncologia para diagnosticar e tratar a população. Segundo o senador, que é médico, só em 2012 foram detectados mais de 52.800 casos de câncer de mama.

Como é feita a reparação

De acordo com o mastologista Rodrigo Pepe Costa, há diversas técnicas para fazer a reconstrução da mama. A escolha vai depender do caso, mas o médico ressalva: não são todas as pacientes que têm indicação de reconstrução, sobretudo quando o câncer é muito agressivo.

A Sociedade Brasileira de Mastologia dá informações sobre as principais técnicas de reconstrução: a autóloga, realizada com tecidos da

própria paciente; a heteróloga, que utiliza expansores ou próteses; e a mista, que combina as duas primeiras.

— A gente tira o tumor e refaz as duas mamas, para que elas fiquem do mesmo tamanho. Muitas vezes, o resultado deixa a mama mais bonita, como em uma cirurgia estética. A técnica mais complicada envolve tecido muscular e gorduroso das costas e abdome — explica Rodrigo Pepe.

Batalha por uma bela causa

“Em 2010, comecei minha luta para reconstruir a mama pelo SUS. Na época, não havia condições de fazer a cirurgia no HRAN por falta de condições técnicas. Fiz, então, um abaixo-assinado e consegui operar. Mas eu já estava tão envolvida com a causa que resolvi continuar ajudando outras mulheres. Em 2011, a Secretaria de

Saúde do Distrito Federal realizou o primeiro mutirão para reconstrução de mama. Antes dos mutirões, a média era de 50 cirurgias por ano no DF. Depois dos mutirões, passou-se a fazer mais de 100. A nossa batalha é para que sejam feitas pelo menos quatro por semana”.

Joana Jeker, presidente da Associação Recomeçar



Integrantes da Associação Recomeçar fazem manifestação em audiência pública sobre prótese mamária, realizada pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos

Saiba mais

Sociedade Brasileira de Mastologia
<http://www.sbmastologia.com.br/>

Associação das Mulheres Mastectomizadas de Brasília
www.recomecar.org

Federação Brasileira de Apoio à Saúde da Mama
<http://www.femama.org.br>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/jornal